



# **OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO, A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A OPINIÃO PÚBLICA: O TRATAMENTO EDITORIAL DA “CRISE” VENEZUELANA NOS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO E DO ESTADO DE SÃO PAULO.**

**Túlio Sérgio Henriques Ferreira**

**Lucas Santana de Oliveira**

## **RESUMO**

O artigo analisa a possível correlação entre os meios de comunicação, a opinião pública e a posicionamento do Ministério das Relações Exteriores do Brasil através da análise dos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo entre março e setembro de 2017. Tal período coincide com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela. Busca-se, assim, compreender as eventuais interações dessa triangulação no caso da crise venezuelana. Os principais resultados apontam para a existência de alinhamento nas considerações entre os tomadores de decisão, os grupos midiáticos avaliados e a opinião pública brasileira sobre a temática analisada, embora os incentivos e interesses que os mobilizam sejam diferentes.

**Palavras-chaves:** Assembleia Nacional Constituinte; Venezuela; Política externa brasileira; Mídia; Opinião pública

## **ABSTRACT**

The article analyzes the possible correlation between the media, public opinion and the position of the Ministry of Foreign Affairs of Brazil through the analysis of the editorials of Folha de S. Paulo and O Estado de S. Paulo between March and September 2017. This period coincides with the convening of the National Constituent Assembly in Venezuela. Thus, it seeks to understand the possible interactions of this triangulation in the case of the Venezuelan crisis. The main results point to the existence of alignment in the considerations between the decision makers, the evaluated media groups and the Brazilian public opinion on the analyzed theme, although the incentives and interests that mobilize them are different

**Keywords:** National Constituent Assembly; Venezuela; Brazilian foreign policy; Media; Public opinion

## INTRODUÇÃO

Robinson (2008) afirma que os formuladores de políticas podem utilizar os meios de comunicação e a opinião pública para justificar e legitimar suas diretrizes e ações. Neste sentido, o presente artigo debruça-se sobre as eventuais relações de mútua influência entre a Política Exterior do Brasil (PEB), os meios de comunicações e a opinião pública na conjuntura da convocação e desdobramentos da Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela ocorrida entre março e setembro de 2017. Este evento sintetizou processo histórico de crise naquele país e gerou forte debate em diferentes instituições, países e grupos políticos da América e do mundo.

Tal processo poderá ser melhor entendido se recuarmos ao ano de 2016, marco na polarização extrema ocorrida no campo político venezuelano, com a coalizão de oposição *Mesa de Unidad Democrática* (MUD) na Assembleia Nacional. O Tribunal Superior de Justiça (TSJ), por sua vez, tentou suspender as três candidaturas da oposição, efeito que poderia minar a maioria conquistada (CANNON e BROWN, 2017). Entretanto, o TSJ não anulou a Assembleia Nacional ou a imunidade parlamentar, mas algumas de suas sentenças lançaram as bases antecedentes para a decisão de Maduro em propor a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), visto que essa tentativa de insular o legislativo foram somadas a outras prerrogativas que aqueceram os protestos de 2016-2017 (LLORENS, 2018). No mesmo ano, a MUD iniciou debate interno que culminou com a proposta de referendo revogatório para a saída de Maduro da presidência. A MUD também se negou a participar das eleições da ANC, por considerar que o presidente não possuía as prerrogativas constitucionais para convocar uma constituinte. Para eles, somente “o povo, através de referendo”, poderia decidir sobre o prelúdio de um processo constituinte. As alegações de inconstitucionalidade também estão presentes no debate acadêmico, especialmente nas vozes de Brewer-Carías (2017) e García Soto (2017) que consideram o processo como “fraudulento”.

Tal polêmica suscitada neste processo histórico seria encampada e debatida no Brasil, em diferentes âmbitos e instituições. Neste sentido, o presente artigo analisará o posicionamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, os editoriais publicados pela Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo e algumas pesquisas de opinião pública brasileira no que se refere à referida conjuntura venezuelana. O

objetivo, conforme já expresso acima, será observar o comportamento destes três atores em um processo dinâmico. No entanto, deve-se ressaltar que tal correlação é parte de intenso debate relativo à Análise de Política Externa (APE) (XYDIS, 1960; COHEN, 1963; ROBINSON, 1999; HOLSTI, 2004; BAUM e POTTER, 2008; KIRKPATRICK, 2015; SHAPIRO e PAGE, 1988; MILLER, 2007). Portanto, integrando-se neste debate, este estudo pretende, através da análise de dados, demonstrar possíveis causalidade na inter-relação entre a opinião pública brasileira, os meios de comunicação e a política exterior do Brasil.

Inicialmente, deve-se observar que a amostra dos meios de comunicação utilizada nesta análise, apesar de reduzida, procura refletir a estrutura midiática brasileira marcada pela oligopolização (SODRÉ, 1998). A justificativa para a escolha dos periódicos a serem analisados neste estudo decorre dos dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC). Nele observou-se que A Folha de S. Paulo, em 2017, ocupou a terceira posição no mercado brasileiro com 6,17%. O Estado de S. Paulo obteve, por sua vez, a quarta colocação, com 5,61% do mercado. Assim, são dois periódicos de razoável influência em segmentos sociais do país. Assim, deve-se ponderar que, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia (2016), apenas 20% dos entrevistados disseram realizar leitura frequente de jornais impressos. Sendo que tais leitores possuem renda entre R\$8.800 e R\$17.600,00 e representam em torno de 50% dos leitores que se possuem assinaturas de jornais diários. Deste montante, 18% possuem ensino superior incompleto e 35% ensino superior completo. Diante destes dados, evidencia-se que os estratos mais abastados da sociedade brasileira possuem maior acesso ao conteúdo de jornais diários pagos, sendo o potencial público inicial do posicionamento editorial dos diferentes veículos de comunicação impressos (como os dois diários analisados neste estudo).

De modo a categorizar o sistema de mídia no Brasil, Azevedo (2006), utilizando modelo Hallim e Mancini (2004), conclui que ele poderia ser definido como ‘mediterrâneo ou pluralista polarizado’. Caracteriza-se, assim, pelo monopólio familiar, propriedade cruzada na formação de grandes grupos midiáticos, pequena diversidade externa, viés conservador, pouca circulação, baixo número de leitores e orientação para as elites. É nesse sentido que os periódicos de amplitude nacional merecem destaque, pois inquirir sobre o tratamento concedido por seus editoriais permite, além de extrair seu posicionamento ideológico, observar suas ferramentas discursivas e interesses associados, mesmo que involuntariamente, a grupos e segmentos políticos do país.

A metodologia utilizada para o estudo dos editoriais se baseia no campo da Análise do Discurso, no que permite evidenciar o posicionamento ideológico dos jornais e a formação discursiva dos mesmos quanto à política venezuelana. O processo de coleta dos editoriais ocorreu no acervo digital<sup>1</sup> de cada jornal, utilizando os meses de março até setembro de 2017 como recorte temporal, e utilizando o termo “venezuela” como critério de pesquisa. Foi utilizado o programa *Atlas.ti* para fornecer quadros cujos principais elementos discursivos identificam a finalidade de cada editorial. As nuvens de palavras, por sua vez, foram criadas no *WordClouds*<sup>2</sup>. Para gerá-las foram inseridos todos os conteúdos dos editoriais e retirados seus sinais de pontuação, números e *stop words*. Posteriormente, foi realizado método padrão de *text mining* e processamento dos dados. Os discursos do MRE foram extraídos da Resenha de Política Exterior do Brasil, do primeiro ao segundo semestre de 2017, tendo por critério de seleção os discursos com o termo “venezuela”. As entrevistas foram realizadas com dois editorialistas da Folha de S. Paulo e com o ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, foram apresentadas questões que permitissem vislumbrar as interações entre os três atores avaliados. O presente trabalho faz uso do método de estudo de caso, devido à complexidade do tema e dos atores envolvidos, e do método estatístico para compreender o resultado dos cruzamentos de dados feitos entre os subgrupos da opinião pública. A fonte primária que contém os dados de opinião pública foi extraída da Pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo de 2019 (no prelo). Justifica-se o uso do presente método com base nas ideias de Bennett e Elman (2007), que admitem a importância do método do estudo de caso para o campo das Relações internacionais por possibilitar a integração de múltiplas abordagens metodológicas.

Assim, buscando analisar a inter-relação entre os meios de comunicação, a opinião pública e a política externa brasileira, este artigo apresenta dados coletados nos editoriais da Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, pesquisas de opinião pública e documentos relativos à política exterior do Brasil. Assim, o trabalho estará dividido, além desta introdução e das considerações finais, em 3 seções. A primeira seção fará a exposição dos princípios da PEB do governo Temer baseando-se em documentação primária e secundária. Posteriormente, na segunda seção, serão apresentados e discutidos analiticamente os dados colhidos nos editoriais dos dois jornais acima

---

<sup>1</sup> “Acervo Folha” Disponível em: <<https://acervo.folha.com.br/index.do>> Acesso em: 01/09/2019;  
“Acervo Estadão” Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/>> Acesso em: 03/09/2019

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.wordclouds.com/>>

referidos. Finalmente, na terceira e última parte, serão expostos os dados cruzados sobre a opinião pública buscando identificar possíveis equivalências ou incompatibilidades com os outros dois atores avaliados. Nas considerações finais serão sumarizados e conjugados os principais resultados obtidos. Acredita-se que, de modo modesto, o estudo poderá colaborar com o debate sobre a mútua conexão e influência entre os meios de comunicação, opinião pública e a análise da política externa.

### **A POLÍTICA EXTERIOR DO GOVERNO TEMER**

A ascensão de Michel Temer como Presidente interino, em março de 2016, trouxe consigo as bases para a chamada “nova política externa brasileira”. O controverso processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, considerado um ‘golpe’ parlamentar por parte dos analistas políticos, representa parte do processo de destruição da governabilidade do PT e, concomitantemente, da política externa de sua gestão. Ainda em 2015, o PMDB defendia a retomada dos “valores tradicionais” da política externa e do acréscimo de esforços da diplomacia brasileira no campo econômico, com ênfase na consolidação de acordos regionais com os Estados Unidos, Ásia e União Europeia, sendo a participação do Mercosul uma preferência (DE MIRANDA, 2019).

A indicação de José Serra, candidato a presidente em 2010, para chanceler da gestão Temer indicava sintonia com as críticas do PSDB feitas na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, reverberando a alegada predominância ‘ideológica e partidária’ na condução da política externa do governo Dilma (DE MIRANDA, 2019). Já nas eleições presidenciais de 2014, o candidato pelo PSDB, Aécio Neves, criticou a política externa, especialmente os investimentos em Cuba e os limites estabelecidos sobre a Tarifa Externa Comum do Mercosul (SARAIVA, 2020). Assim, a chegada de José Serra ao mais alto cargo da diplomacia brasileira indicou a retomada dos intercâmbios com parceiros comerciais tradicionais, refletindo o viés ideológico do PSDB. Seu sucessor, Aloysio Nunes, manteve as críticas sobre a alegada ‘partidarização’ da política externa durante o período petista.

O posicionamento crítico da UNASUL face ao processo de destituição da presidente Dilma Rousseff promoveu o distanciamento do governo Temer com esta instituição. Assim, houve clara preferência em recorrer à OEA no momento da crise venezuelana. Maria Rodriguez-Dominguez (2017) ressaltou dois pontos para melhor compreender a reorientação da política externa brasileira em torno da integração regional e o realinhamento com os Estados Unidos: 1) a tentativa de bloquear o acesso

a presidência *pro tempore* pela Venezuela no Mercosul; e 2) rearranjo de preferências, elevando a OEA como órgão de resolução de conflitos em detrimento da UNASUL.

As manifestações críticas ao regime venezuelano ocorreram ao longo de todo o período aqui avaliado. Miranda (2019) afirma que as críticas do Brasil contra o regime venezuelano, por sua vez, poderiam insinuar uma tentativa de interferência ou “soar como um chiste, tendo em vista a fragilidade do governo Temer em termos de sua própria legitimidade.” (p. 133). Em teor discursivo, as declarações do Brasil, seja de forma unilateral ou multilateral, estão imbuídas de críticas e normativas para reverter a crise política que ocorre na Venezuela. Entretanto, o Mercosul e o Grupo de Lima propõem meios de não-interferência.

Ao mesmo tempo, os países do Mercosul consideram que os únicos instrumentos aceitáveis para a promoção da democracia são o diálogo e a diplomacia. O repúdio à violência e a qualquer opção que envolva o uso da força é inarredável e constitui base fundamental do convívio democrático, tanto no plano interno como no das relações internacionais (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2017, p. 130, grifo nosso).

O governo Maduro acentuou o fenômeno do insulamento hemisférico pelo qual sofre a Venezuela. Destaca-se um dos itens da Declaração do Grupo de Lima de 08 de agosto de 2017: “12. [Declaram] Sua decisão de não apoiar qualquer candidatura venezuelana em mecanismos e organizações regionais e internacionais” (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, 2017). A fim de manter a continuidade do tema regional de forma propícia e em conjunção com o distanciamento quanto as críticas ao governo, Miranda (2019) destaca que foi preferível a busca por negociações bilaterais e de aproximação no Mercosul, reiterando os intentos de livre-comércio. Entretanto, o apoio dos países do Mercosul às Declarações do Grupo de Lima propõe uma expansão desse argumento, mesmo com o distanciamento brasileiro em relação a UNASUL, o país também conseguiu emitir declarações conjuntas com a OEA em rechaço à ANC.

No *corpus* dos discursos extraídos da Resenha de Política Exterior do Brasil (2017), constatou-se que a primeira menção acerca da ANC só ocorreu no dia 06 de junho de 2017, um pouco mais de um mês após a convocação. É importante destacar que a reorientação da política externa não produziu menções, nos discursos avaliados, acerca de partidarização ou de conexões ideológicas que remetem a conduta dos governos de esquerda anteriores em relação à Venezuela. Em geral, os discursos se orientam na defesa da democracia e sua restituição perante a crise política, a proposição

e manutenção do diálogo entre oficialistas e oposição, a solidariedade em meio a faceta humanitária da crise. Nesse sentido, uma das principais características discursivas do ministro Aloysio Nunes foi a de não se projetar sobre a política interna, concedendo a formulação da PEB especialmente aos grupos que se identificam com a corrente institucionalista do Itamaraty.

Nos discursos avaliados no *corpus*, não foram encontradas menções acerca da importância da mídia. Nesse sentido, foi utilizado o método de entrevista para destacar experiências do passado que, conseqüentemente, geram indícios a partir de um recorte histórico da relação entre mídia e política externa. A entrevista a seguir foi realizada com o ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, no dia 27 de outubro de 2020:

Pergunta 1: Em sua opinião, os grupos de comunicação brasileiros são atores relevantes para a formulação da política externa?

Entrevistado: Essa é uma resposta simples: sim, são relevantes. Eles não determinam, no meu período não determinaram. [...] Eu tinha presente, o que a mídia poderia pensar e dizer, porque sabia que, por sua vez, tinham sua influência na política por outros meios, mas não era determinante de modo algum. Senão, seria tudo diferente, o Brasil teria feito uma oferta na ALCA. Nós teríamos caminhado em um sentido totalmente diferente, não teríamos feito os acordos que fizemos na América do Sul [...].

Pergunta 2: Na sua gestão, em um ponto de vista analítico mais amplo: qual a importância que o Itamaraty concede aos meios de comunicação e à opinião pública? O senhor acredita que a imprensa brasileira exerce na opinião pública e que, esta mesma opinião pública teria um papel na legitimação de políticas?

Entrevistado: Acho que numa democracia você deve dar importância à opinião pública. Não vou entrar no lugar comum, onde precisa-se estabelecer a diferença entre opinião pública e opinião publicada. Mas, obviamente os jornais têm, eles possuem influência e isso é uma coisa que necessita ser considerada na execução. Eu volto a dizer: isso não foi decisivo em nenhum momento, em nenhuma orientação central da política externa, ou mesmo orientação lateral, mas na maneira de fazer, algumas vezes, sim. Eu me preocupava para que as coisas fossem apresentadas de uma forma mais aceitável para a mídia e diretamente para a opinião pública. [...] Você falou em interesses específicos dos meios de comunicação. Eu acho que há um interesse geral também, além do específico, é um interesse de classe, eles estão ligados a classe econômica brasileira dominante, que, por sua vez, estão ligados a interesses internacionais. [...] Havia uma carga muito pesada contra os países da América do Sul, em geral, principalmente quando eram governos progressistas ou de esquerda.

É importante destacar que o ex-ministro Celso Amorim exerceu atividade política em governos de esquerda, em oposição ao posicionamento dos ex-ministros do governo Temer. Suas declarações, quanto ao nível de influência da mídia e da opinião pública, revelam elementos de suma importância para compreender a relação triangular entre os atores. Consta-se que, embora não determinante para sua formulação, a mídia e a opinião pública geram a preocupação sobre como serão apresentados os *outputs* da política externa. Amorim (2020) também evidencia a relação classista que os grupos midiáticos brasileiros possuem, destaque este que se soma aos dados anteriormente apresentados. Além disso, o que Amorim afirma ser uma “carga muito pesada” sobre os temas da América do Sul nas últimas duas décadas, corresponde à abordagem crítica adotada pelos editoriais da Folha e do Estado de S.Paulo no caso da Venezuela. Dessa forma, entende-se que a política regional latino-americana, em sentido geral, não constitui pauta de interesse para esses periódicos.

### **OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: ANÁLISE DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO E DE O ESTADO DE SÃO PAULO**

De início, importa destacar que a construção do discurso desses jornais sobre a política externa brasileira faz parte de um processo histórico. Sendo assim, o recorte temporal estabelecido compreende apenas uma pequena parcela do sujeito avaliado, refletindo estado avançado de construção de representações e identidades (ACHUGAR, 2004). Pretende-se, então, apontar uma das grandes estratégias discursivas dentro dos debates ideológicos: a manipulação da realidade, através do uso lexical que contribua para a formação de uma narrativa positiva em relação ao emissor da comunicação.

A construção dessas identidades são partes que compreendem ideologias de poder e solidariedade- (HODGE e KRESS, 1993, *apud* ACHUGAR, 2004). A presença da *solidariedade* está presente no discurso a partir de enfoques que esmorecem as diferenças e os conflitos de interesse com base nos elementos que aproximam o emissor e receptor. O discurso de *poder*, por sua vez, exacerba as diferenças e condena crenças e atitudes. Neste sentido, a análise dos editoriais pretende destacar os discursos ideológicos presentes e avaliar, comparativamente, com os discursos, notas e entrevistas divulgadas na Resenha de Política Exterior do Brasil do 1º e 2º semestre de 2017.

Quanto ao corpus de editoriais há um desnível na contagem entre os jornais. No período avaliado, maio e setembro de 2017, a Folha de S. Paulo publicou 5 editoriais, o

Estadão, 18. O maior número de editoriais do Estadão possivelmente reflete a maior necessidade de promover sua posição política-ideológica em contrariedade com o que é apresentado pelos eventos da Assembleia Nacional Constituinte, além de estender o uso do tema para debater a agenda política doméstica. Por outro lado, a produção da *Folha* reflete a decisão do corpo editorial em conceder menor grau de atenção à pauta por falta de interesse no debate. É importante destacar que grandes grupos de mídia representam a opinião de conglomerados de interesse, fator imprescindível no cálculo da formação dos editoriais (ACHUGAR, 2004).

O *corpus* a ser analisado foi obtido nos acervos digitais dos respectivos jornais a partir da busca pelo termo “venezuela”. Também são examinados editoriais que lidam com o contexto amplo da política doméstica venezuelana, como também citações usando o termo “venezuela” em outros temas internacionais. Tal método serve como indicador para observar o interesse da grande imprensa brasileira sobre a Venezuela na medida em que tecem e relacionam comentários sobre o país em outros temas internacionais ou eventos político-partidários do Brasil.

De modo sumário, os dois jornais analisados apresentaram diferentes tratamentos ao caso da Venezuela. Não somente na quantidade de editoriais, mas na forma de abordagem. No entanto, ambos os jornais assumem que a solução para a crise venezuelana só ocorrerá através da ‘restauração da ordem democrática’, em consonância direta com as decisões firmadas pelo Brasil no âmbito do Mercosul com a aplicação do Protocolo de Ushuaia, e nas declarações conjuntas dos países no âmbito da OEA e no Grupo de Lima. As declarações contrárias ao regime *madurista* provenientes das grandes potências mundiais — Estados Unidos e União Europeia — colaboram com a ideia do isolamento diplomático venezuelano, com exceção a atenção dada pela Bolívia, China, Rússia e Cuba, como afirmam os jornais. Assim, de antemão, é preciso destacar o diálogo entre as premissas editoriais dos dois jornais e o Ministério das Relações Exteriores. Quanto às declarações com intenções de uso militar norte-americano na Venezuela, o editorial do Estadão de 15 de agosto de 2017 (*De bandeja para Maduro*) considera a declaração do presidente Trump como “gesto infeliz” e trata essa possível medida como o principal argumento ou escusa utilizada por Maduro a fim de recrutar maior centralização política. De igual modo, o Estadão também considera que as sanções estadunidenses à compra de petróleo venezuelano só contribuem para oferecer um bode expiatório ao presidente Maduro (Editorial 26/07/2017). Os países do Mercosul e outros países latino-americanos, tais como Peru, México e Colômbia





países da OEA e do Grupo de Lima se mobilizam a favor da prestação de assistência integral, mas também reafirmam que o ideal da retomada dos freios e contrapesos da democracia venezuelana só possa ser alcançados através da oposição venezuelana, sem ingerência externa e, portanto, distante das declarações bélicas norte-americanas.

Tabela 1 - Semântica das representações dos eventos e atores (Folha de S. Paulo)

<i>Governo Maduro</i>	<i>Maduro e aliados</i>	<i>Relação com o nacional</i>	<i>Relativos a Constituinte</i>	<i>Conclusões pragmáticas</i>	<i>Oposição</i>	<i>Venezuelanos</i>
"regimes ditatoriais"	"China"	"PT e outros setores da esquerda" [02-08-2017]	"farsa"	"assistência integral"	"líderes opositoristas"	"catástrofe social"
"rota suicida"	"sindicatos"	"Quanto ao Brasil e à comunidade internacional, não parece haver, por ora, muito o que possam fazer para ajudar os venezuelanos." [06-05-2017]	"tresloucado arremedo"	"políticas de governo"	"dissidências"	"desemprego"
"repressão"	"Colegiado chavista"	"O Brasil e demais vizinhos também já rechaçaram a Constituinte." [20-07-2017]	"disparatada"	"venezuelanos decidam quando e por que meios se livrarão do regime" [06-05-2017]	"maioria"	"fluxo de imigrantes"
"desabastecimento"	"caudilho"	"Seu arremedo de Constituinte faz jus ao epíteto de golpe, termo infelizmente banalizado em arengas políticas no Brasil." [22-08-2017]	"golpe"	"novas eleições"		"a população mais pobre"
"agonia social e econômica"	"chavista"		"frente do chavismo"	"sem ingerência externa"		"agonia"
"golpe"	"autocrata"		"simulacro"	"freios e contrapesos da democracia"		"faltam alimentos e remédios nas prateleiras" [02-08-2017]
"rejeição"	"presidente da Venezuela"		"farsesca"			
"orientação ditatorial"	"minoria"		"governismo"			
"deterioração institucional"			"pretexto risível"			

Fonte: Os autores (2020). Dados obtidos do Acervo Digital da Folha de S.Paulo, 2017.

A baixa produção de editoriais sobre o tema pode ser explicada pelas palavras de dois editorialistas da Folha de S. Paulo, entrevistados em maio de 2020. Aqui serão identificados apenas como entrevistado 1 e entrevistado 2.

Pergunta: “O Sr. acredita haver interesses políticos, econômicos e ideológicos dos grupos de comunicação no que tange à política externa do país? Julga que a imprensa brasileira exerce influência na opinião pública no que concerne à Política Exterior do Brasil?”

Entrevistado 1: “[...] Ideologicamente, pega mal na Folha um alinhamento automático com Estados Unidos e Israel — nesse sentido, me parece que a Folha tende a apoiar, de forma distante e não muito engajada, as posições dos governos brasileiros que antecederam Bolsonaro.”

Entrevistado 2: “Num sentido muito genérico, interesses políticos, econômicos e ideológicos afetam todas as ações de todos os atores. Nós não seríamos exceção. Como já disse, essa é uma área em que nossa influência, especialmente no governo Bolsonaro, é limitada, ainda que não nula.”

Pergunta: Sabe-se que a Venezuela enfrenta crise socioeconômica e política desde 2015. Como o Sr. julga a abordagem editorial dos grupos de comunicação brasileiros neste caso? Qual o posicionamento editorial de seu jornal e quais os motivos o levam a tal posicionamento? Poderia justificar, por gentileza?

Entrevistado 1: “A Folha demorou um tempo para considerar a Venezuela uma ditadura; houve divergências quanto a apoiar ou rejeitar o ingresso da Venezuela no Mercosul, tendo prevalecido, pelo que me lembro, a rejeição. Em outros governos de esquerda como os de Evo Morales, ou no Peru e no Equador, a atitude foi de bastante indiferença. Para falar francamente, na minha época só se faziam editoriais sobre isso quando faltavam temas mais candentes de economia, cotidiano ou política.”

Entrevistado 2: “Acho que, na linha geral, a abordagem dos jornais, de denunciar um governo que se tornou autoritário e antidemocrático, é correta. A Folha se inscreve nesse quadro.”

As informações concedidas pelos entrevistados confirmam a relação entre meios de comunicação e a opinião pública, que compreende o menor interesse por pautas internacionais em comparação com as domésticas. Fato que também explica a tendência em associar assuntos externos com a política doméstica. A equiparação entre os discursos do MRE e da Folha também é observada na fala do Entrevistado 1. A entrevista propõe outro posicionamento da Folha, não só de conceder críticas negativas às políticas brasileiras no contexto regional, o que foi destacado por Celso Amorim, como também a “indiferença” em alguns casos.

A tabela 2 demonstra que O Estadão produziu mais substantivos para construir a identidade da crise venezuelana e de seus atores. Ainda que a relação entre o total dos editoriais e os quais fazem menção ao contexto nacional brasileiro seja menor no caso do Estadão, as críticas são consideravelmente maiores, muito mais provocativas e envolve a descrição específica de alguns atores. A estratégia discursiva em citar o PT e a esquerda brasileira tem a intenção de recontextualizar ou de nacionalizar a crise venezuelana através do possível agravamento da instabilidade política brasileira em caso de retorno dos intentos progressistas ao poder. Dessa forma, o tema da crise não é apenas retratado por um ponto de vista, no que também acentua o significado desse evento para a construção intertextual entre a situação política local e narrativas internacionais (ACHUGAR, 2004).

Tabela 2 - Semântica das representações dos eventos e atores (Estadão)

<i>Governo Maduro</i>	<i>Maduro e aliados</i>	<i>Relação com o nacional</i>	<i>Relativos a Constituinte</i>	<i>Conclusões pragmáticas</i>	<i>Oposição</i>	<i>Venezuelanos</i>
"Ditadura"	"paramilitares chavistas"	"a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, que, em nome do partido, manifestou solidariedade incondicional a Nicolás Maduro e apoio à farsa da "constituinte" [01-08-2017]	"chavista"	"fundamentos da democracia e da liberdade"	"imprensa livre"	"população"
"autoritário"	"milícia leal"	"Para o governo brasileiro, a iniciativa de Maduro "confirma a ruptura da ordem constitucional na Venezuela". [01-08-2017]	"perpetuidade do regime"	"saída pacífica"	"oposição"	"venezuelanos"
"repressão"	"asseclas"	"Mas Lula e o PT permanecem firmemente solidários ao governo de Caracas." [03-08-2017]	"assembleia"	"A punição só cessará quando se verificar "o pleno restabelecimento da ordem democrática" naquele país. Os chanceleres lembram no comunicado [08-08-2017]	"deputados da oposição"	"miséria"
"caos institucional"	"Cuba e Bolívia"	"Mas o fascínio do PT pela experiência venezuelana torna difícil imaginar que Lula esteja disposto a mudar seu discurso populista. A simples tentativa de implantar aqui um regime bolivariano golpeará fortemente a democracia" [03-08-2017]	"arremedo"		"dissidências"	"cidadãos"
"desmandos"	"Rússia e da China"	"A começar pelo Brasil, que ocupa a presidência do Mercosul e instou o governo Maduro a "libertar imediatamente López e Ledezma", lembrando que a medida foi tomada apenas "um dia depois de uma votação para eleger uma Assembleia Constituinte em franca violação da ordem constitucional venezuelana" [04-08-2017]	"golpe"		"maioria absoluta dos venezuelanos"	"imigrantes"
"desinformação"	"caudilho"	"É esse o "socialismo" do século 21 que os bolivarianos que ainda restam na América Latina e o PT e o PCdoB teimam em aplaudir." [04-08-2017]	"farsa"		"manifestações de protesto"	"refugiados"
"condescendência ideológica"	"presidente"	"Enquanto isso, esses mesmos petistas são capazes de defender a ditadura - sem aspas - de Nicolás Maduro na Venezuela" [08-05-2017]	"farsesca"		"líderes da oposição"	"pessoas"
"feição autoritária"	"coletivos" chavistas"	"Nos tempos da diplomacia lulopetista, ditadores como Maduro eram tratados como queridos companheiros, pela simples razão de que se opunham aos Estados Unidos [08-05-2017]			"presos políticos"	
"simulacros de instituições democráticas"	"peões do tabuleiro"	"Somente a mediação de organismos multilaterais-como o Mercosul -pode representar alguma esperança de superação da grave crise política, econômica. social e humanitária por que passa o país." [08-07-2017]			"congressistas"	
"isolamento internacional"	"milicianos"	"[...] o caos na Venezuela tem levado grande número de venezuelanos a buscar refúgio no Brasil, como mostrou reportagem especial de Pablo Pereira, publicada no Estado" [16-06-2017]			"militares e policiais descontentes"	
"governo ditatorial"	"milícias paramilitares chavistas"	"O drama dos refugiados venezuelanos mostra a gravidade de ser conivente, como foram os governos petistas, com um regime que assim trata sua população." [16-06-2017]			"todos os setores da população"	
"aparato repressivo"	"acólitos"	"São hoje pessoas enredadas em sérios problemas com a justiça de seus países, como Cristina Kirchner e Lula da Silva, ou simplesmente assumiram, sem qualquer pudor, sua vocação autoritária, como é o caso de Nicolás Maduro, na Venezuela" [23-07-2017]			"descontentamento popular"	
"chavismo"	"militantes chavistas"	"Entre outros objetivos, a presidente do PT foi manifestar "apoio e solidariedade" ao governo de Maduro, frente ao que chamou de "violenta ofensiva da direita" [23-07-2017]				
"isolamento diplomático"	"incautos"	"Segundo a petista, "mais do que nunca necessitamos de um governo de esquerda de volta ao nosso país". No mesmo discurso, sem ruborizar, a senadora aproveitou para se solidarizar com as ditaduras da Venezuela, de Cuba e da Nicarágua." [24-07-2017]				
"aparências democráticas"		"Só apoiada pelos regimes Bolivarianos que ainda restam na América Latina, por Cuba e, no Brasil. pelo PT e pelo PCdoB." [26-07-2017]				

Fonte: O autor (2020). Dados obtidos do Acervo Digital do *Estado de S. Paulo*

A oposição política venezuelana é abordada sem evidenciar suas conexões ou origens na política doméstica ou internacional, diferente dos apoiadores do governo venezuelano, que sucessivamente são caracterizados como “chavistas” e apoiados pelos petistas no Brasil. É importante lembrar que Leopoldo López, mencionado por sua a prisão em 2017, participou do golpe de Estado liderado por Pedro Carmona contra o presidente Hugo Chávez, no que contavam com o apoio financeiro do *National Endowment for Democracy* e do *USAID* para custear gastos de grupos antigoverno em 2001 (MACLEOD, 2018). Exemplo como esse revela a tática discursiva de aplicar os fatos desejáveis e excluir apontamentos incômodos.

A presença de substantivos que descrevem o governo Maduro, seus aliados e a Constituinte, se assemelham com os observados na *Folha*. O “nós” definido pelos dois jornais conta com a atuação do MRE e dos organismos internacionais — OEA e Grupo de Lima — além dos atores da oposição venezuelana, que de maneira lícita ou não mobilizam-se em torno da destituição do governo Maduro. Os traços que exibem a avaliação dos jornais expressam suas atitudes e evocam modelos sociais que enquadram a visão dos leitores no sentido desejado de leitura proposto pelos editores, ainda que haja a ressalva das divergências ideológicas entre público e comunicador, o potencial da imprensa em propor assuntos e opiniões é notável (ACHUGAR, 2004). Outro importante destaque deve ser dado à intertextualidade dos editoriais que ressaltam paráfrases dos atores inseridos no “nós” e que legitima a posição do jornal, função que se apresenta ainda mais nos editoriais do Estadão. Portanto, essa estratégia discursiva expressa a interação positiva entre os jornais avaliados e o tratamento do governo brasileiro no caso da Assembleia Constituinte.

Entende-se, portanto, que enquanto a *Folha* produz menos editoriais, expressando uma certa “indiferença” e menor interesse pelo tema, o Estadão procura exibir o caso venezuelano com maior grau de paralelismo político. Assim, na medida em que opina sobre a política venezuelana, faz comparações constantes com a política doméstica brasileira a fim de atender seus interesses.

### **A OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA E A CRISE VENEZUELANA**

Nesta seção serão utilizados os dados da pesquisa *Brasil, Américas e o Mundo* (2019, no prelo) desenvolvida pela Cebrap em parceria com a Universidade de São Paulo e a Universidade Federal do ABC. Este *survey* contou com universo amostral de 1849 entrevistados e foi elaborado dois anos após a crise da Constituinte venezuelana.

Não foram identificadas perguntas diretamente relacionadas à Assembleia Constituinte no *survey* estudado, entretanto, é possível produzir inferências relativas à opinião pública brasileira sobre Venezuela. Para tanto, foi selecionado um conjunto de 9 perguntas em um total de 64, com base no critério de proximidade ao tema da crise venezuelana. Assim, permite-se identificar o grau de aceitação ou rejeição do direcionamento da política externa brasileira na opinião pública, além de compreender o perfil eleitoral do público avaliado e sua correlação com o tratamento dado a Venezuela.

Os dois primeiros candidatos identificados na Tabela 3, Jair Messias Bolsonaro e Fernando Haddad, representam posições opostas do espectro político-ideológico. O primeiro à direita e o último à esquerda. Nesse sentido, o cruzamento dos dados representa a projeção de conflito que a Venezuela poderá gerar de acordo com as expectativas de diferentes bases. Dos 705 votos declarados a Bolsonaro, 300 acreditam que a Venezuela será o país que mais gerará conflito nos próximos 10 anos dentro da América Latina, o que representa 42,5% da contagem total. Por outro lado, dos 423 eleitores de Haddad, 139 desses conjecturam negativamente o futuro da Venezuela, o que representa 32,8% da contagem total.

A Tabela 4 analisa a contagem de entrevistados que se identificam nos diferentes espectros ideológicos e identifica os estratos socioeconômicos respectivos de cada um com base na renda domiciliar. Para o enquadramento das diferentes rendas faz-se uso do Critério Brasil de 2018. Quanto às disposições da escala de 0 até 100 no campo ideológico, a esquerda representa a sequência de 0 a 40, o centro de 41 a 60 e a direita dispõe o restante da pontuação crescente. Nas análises comparativas constatou-se baixa variação percentual entre os eixos. A avaliação com maior amplitude percentual se encontra na Classe C1 com 5,5%, isto é, quando avaliamos a diferença quantitativa entre os posicionamentos ideológicos.

Tabela 3 – Cruzamento de dados: tendências eleitorais e ideológicas e as perspectivas internacionais brasileiras

Questão 55: Em quem o senhor/senhora votou no primeiro turno da eleição presidencial de 2018?; Questão 42b: Qual país vai gerar mais conflito?

Candidatos	Argentina	Brasil	Chile	Colômbia	Cuba	Guatemala	México	Nenhum (ESPONTÂNEA)	NR	NS	Outro	Peru	Venezuela	Total Geral
1 Jair Bolsonaro	47	31	17	17	100	4	22	3	5	130	26	3	300	705
2 Fernando Haddad	36	44	16	24	44	6	16	1		84	8	5	139	423
3 Cabo Daciolo					1	2	1			2	1		9	16
4 Guilherme Boulos	1	2	1		1			2					5	12
5 Henrique Meirelles		1	1							1			1	4
6 Álvaro Dias	1			2	1					2		1	4	11
7 João Amoêdo		1			3	1				2	1		13	21
8 Geraldo Alckmin	1	2	1		2		1			10	1		11	29
9 Marina Silva	1	2	1	1	2	1	1	1		7		1	7	25
10 Ciro Gomes	2	8	3	3	8		2			16	1		50	93
Branco/Nulo	9	15	4	9	19	2	5		2	43	11	1	51	171
Não compareceu	22	24	7	12	38	4	11	4	2	69	11	8	88	300
NR		1											1	2
Outro. Qual?	3	7	1	3	2	1		1		10	1	1	7	37
<b>Total Geral</b>	<b>123</b>	<b>138</b>	<b>52</b>	<b>71</b>	<b>221</b>	<b>21</b>	<b>59</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>376</b>	<b>61</b>	<b>20</b>	<b>686</b>	<b>1849</b>

Fonte: Pesquisa Brasil, Américas e o Mundo (2019).

Tabela 4 – Cruzamento entre espectro político e renda familiar: há correlação?

Questão 56 “Em uma escala de 0 até 100, em que 0 significa politicamente associado a esquerda e 100 a direita, onde o senhor/senhora se colocaria?”; Questão 59b: “O senhor/senhora poderia me dizer qual a renda aproximada de sua família”

\*Contagem entre parênteses

Espectro político	Classe E	Classe D	Classe C2	Classe C1	Classe B2	Classe B1	Classe A	Não possui renda	NR	NS	Total Geral
Esquerda (0-40)	(27)7,46%	(99)27,35%	(87)24,03%	(64)17,68%	(31)8,56%	(7)1,93%	(1)0,28%	(4)1,10%	(6)1,66%	(36)9,94%	(362)100,00%
Centro (41-60)	(25)5,03%	(130)26,16%	(138)27,77%	(104)20,93%	(40)8,05%	(19)3,82%	(2)0,40%	(2)0,40%	(8)1,61%	(29)5,84%	(497)100,00%
Direita (61-100)	(49)7,42%	(148)22,42%	(151)22,88%	(153)23,18%	(70)10,61%	(20)3,03%	(1)0,15%	(10)1,52%	(10)1,52%	(48)7,27%	(660)100,00%
NR	0,00%	(19)32,76%	(9)15,52%	(11)18,97%	(4)6,90%	(3)5,17%	0,00%	(1)1,72%	(5)8,62%	(6)10,34%	(58)100,00%
NS	(17)6,25%	(90)33,09%	(57)20,96%	(34)12,50%	(25)9,19%	(4)1,47%	0,00%	(3)1,10%	(4)1,47%	(38)13,97%	(272)100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>(118)6,38%</b>	<b>(486)26,28%</b>	<b>(442)23,90%</b>	<b>(366)19,79%</b>	<b>(170)9,19%</b>	<b>(53)2,87%</b>	<b>(4)0,22%</b>	<b>(20)1,08%</b>	<b>(33)1,78%</b>	<b>(157)8,49%</b>	<b>(1849)100,00%</b>

Fonte: Pesquisa Brasil, Américas e o Mundo (2019).

Além disso, vale observar o alto percentual de entrevistados que não souberam indicar qualquer número na escala (14,7%), estando apenas um pouco (4,8%) atrás do contingente que apontado na esquerda. Assim, a relação estrato-socioeconômico e posicionamento ideológico possui variação pouco expressiva.

A Tabela 5 indica a alta impopularidade da Venezuela. Na coluna “Pouco favorável” destaca-se outra análise importante: a “esquerda” apresenta maior rejeição do que o “centro” e a “direita”. Mesmo os que não responderam no eixo do espectro ideológico, desses 55,2% declaram ser “Pouco favorável” à Venezuela. Constata-se então a baixa correlação entre o espectro ideológico e a mudança nos humores quanto à Venezuela, pelo contrário, há um certo consenso no tratamento concedido com base no cruzamento dessas variáveis. O dado consenso observado no cruzamento das diversas variáveis que separam a opinião pública estão em sintonia com os humores e atitudes da política externa brasileira e dos periódicos avaliados. Entretanto, não há indícios de que a formação dessa opinião pública tenha ocorrido pela influência da mídia impressa ou até mesmo dos tomadores de decisão, visto os dados apresentados anteriormente. É importante destacar que há outros veículos de informação que não foram considerados nessa avaliação, como as mídias sociais.

A coluna referente à questão 2 na Tabela 6 (abaixo) exhibe os resultados totais dos respondentes. Ela objetiva apontar a relação de opiniões baseadas no interesse sobre os assuntos internacionais. Nesse caso, há uma diferença de 10,2% entre o conjunto dos interessados (“Muito interessado” e “interessado”) e o conjunto dos menos interessados (“Pouco interessado” e “nada interessado”), no que adefere, de fato, em interesse levemente moderado por parte da opinião pública no geral. Por outro lado, a contagem em “Ter participação ativa” demonstra que a busca por maior inserção internacional do Brasil atende os interesses da maioria da opinião pública, segundo a pesquisa. Ainda assim, não é possível descartar o fator interesse, pois é notável que o maior percentual de “Manter-se longe dos assuntos mundiais” provém dos respondentes de “Nada interessado” com 20,2% dado o total da linha correspondente.

Tabela 5 – Cruzamento de dados: espectro ideológico e o tratamento da opinião pública sobre a Venezuela

Questão 56: “Em uma escala de 0 até 100, em que 0 significa politicamente associado a esquerda e 100 a direita, onde o senhor/senhora se colocaria?”; Questão 28K: “Agora vou pedir que o senhor/senhora me diga sua opinião sobre [a Venezuela]. Dê uma nota de 0 a 100 [...], onde 100 significa uma opinião muito favorável E 0 UMA OPINIÃO POUCO FAVORÁVEL”

\*Contagem entre parênteses ( )

Espectro político	Pouco favorável (0-25)	Menos favorável (26-50)	Mais favorável (51-75)	Muito favorável (76-100)	NR	NS	Total Geral
<b>Esquerda</b>	(202)55,80%	(97)26,80%	(17)4,70%	(29)8,01%	(1)0,28%	(16)4,42%	(362)100,00%
<b>Centro</b>	(264)53,12%	(126)25,35%	(31)6,24%	(41)8,25%	(1)0,20%	(34)6,84%	(497)100,00%
<b>Direita</b>	(322)48,79%	(187)28,33%	(46)6,97%	(44)6,67%	(4)0,61%	(57)8,64%	(660)100,00%
<b>NR</b>	(32)55,17%	(15)25,86%	(3)5,17%	(4)6,90%		(4)6,90%	(58)100,00%
<b>NS</b>	(104)38,24%	(91)33,46%	(35)12,87%	(22)8,09%	(2)0,74%	(18)6,62%	(272)100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>(924)49,97%</b>	<b>(516)27,91%</b>	<b>(132)7,14%</b>	<b>(140)7,57%</b>	<b>(8)0,43%</b>	<b>(129)6,98%</b>	<b>(1849)100,00%</b>

Fonte: Pesquisa Brasil, Américas e o Mundo (2019)

Tabela 6 – O interesse público e as preferências na orientação internacional

Questão 2: “Em geral, quanto o interessam os assuntos: (internacionais)”;

Questão 13: “Em sua opinião, o que é melhor para o futuro do Brasil: ter participação ativa ou manter-se longe dos assuntos mundiais?”

\*Contagem entre parênteses ( )

	Ter participação ativa	Manter-se longe dos assuntos mundiais	Nem um, nem outro (ESPONTÂNEA)	Indiferente (ESPONTÂNEA)	NR	NS	Total Geral
<b>Muito interessado</b>	(368)93,40%	(22)5,58%	(3)0,76%			(1)0,25%	(394)100,00%
<b>Interessado</b>	(400)93,02%	(26)6,05%				(4)0,93%	(430)100,00%
<b>Pouco interessado</b>	(570)87,69%	(69)10,62%	(1)0,15%	(1)0,15%		(9)1,38%	(650)100,00%
<b>Nada interessado</b>	(262)72,38%	(73)20,17%	(1)0,28%	(1)0,28%	(1)0,28%	(24)6,63%	(362)100,00%
<b>NS</b>	(8)72,73%					(3)27,27%	(11)100,00%
<b>NR</b>	(1)50,00%	(1)50,00%					(2)100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>(1609)87,02%</b>	<b>(191)10,33%</b>	<b>(5)0,27%</b>	<b>(2)0,11%</b>	<b>(1)0,05%</b>	<b>(41)2,22%</b>	<b>(1849)100,00%</b>

Fonte: Pesquisa Brasil, Américas e o Mundo (2019)

Para avaliar os resultados do cruzamento desses dados (Tabela 7), será utilizada a tipologia criada por Ruivo (2015) para avaliar a opinião pública sobre política externa no Brasil. Essa última pesquisa baseou-se na tipologia feita por Wittkopf (1990) e a partir de uma série de condicionantes extraídos da pesquisa Brasil, as Américas e o Mundo de 2011. Os quadrantes resultantes dessa tipologia são: isolacionistas; internacionalista *hardline*; internacionalista moderado; e internacionalista *softline*. A primeira linha da tabela se encaixa no quadrante internacionalista *softline* pois remete à adoção dos princípios de não intervenção e do uso da diplomacia em contraposição a utilização do poder bélico. Na segunda linha os resultados condizem com o subgrupo dos *hardline* ou linha dura, que de acordo com Ruivo (2015) compreende o rompimento diplomático com outros países. Por último estão os isolacionistas, que preferem não se envolver nos assuntos internos de outros países. As variáveis utilizadas nesta pesquisa não permitiram a avaliação da categoria “internacionalista moderado”.

O cruzamento dos dados quanto a descrição das relações entre Brasil e Venezuela demonstra que não há correlação suficiente entre as opiniões quanto as violações aos Direitos Humanos e o tratamento dado a Venezuela, o que de fato existe é uma distribuição percentual equilibrada ao longo das colunas. Observa-se que a variação presente nos valores do eixo x é maior que as observadas no eixo y.

Conclui-se essa seção afirmando que o cruzamento entre as variáveis pouco serviu para estabelecer o perfil predominante da opinião pública brasileira quanto a Venezuela. Ficou entendido que há um alto grau de rejeição à Venezuela, entretanto, nenhum dado permitiu a identificação de um perfil mais detalhado sobre essa parcela da opinião pública. A diferença percentual entre os resultados não é contundente, e isso comprova que não houve qualquer relação direta entre as variáveis, o que, portanto, gera imprecisão e impossibilita qualquer tentativa de definir variáveis dependentes e independentes.

Tabela 7 – Tratamento dado a violação dos direitos humanos e a Venezuela

Questão 32. Muitos países desrespeitam os direitos humanos. O que o senhor/senhora acha que o Brasil deveria fazer em relação a esses países?; Questão 29\_9 O senhor/senhora diria que a relação do Brasil com a [Venezuela] é de amizade, sociedade, rivalidade ou uma ameaça?

	<b>Amizade</b>	<b>Rivalidade</b>	<b>Sociedade</b>	<b>Ameaça</b>	<b>NR</b>	<b>NS</b>	<b>Total Geral</b>
Deve procurar organismos como a ONU, para pressionar este país;	(200)25,67%	(126)16,17%	(209)26,83%	(179)22,98%	(4)0,51%	(61)7,83%	(779)100,00%
Deve romper relações diplomáticas com esse país;	(44)24,04%	(19)10,38%	(46)25,14%	(51)27,87%		(23)12,57%	(183)100,00%
Não deve se envolver nos assuntos internos deste país;	(200)25,16%	(123)15,47%	(167)21,01%	(213)26,79%	(2)0,25%	(90)11,32%	(795)100,00%
NR	(2)33,33%			(1)16,67%	(2)33,33%	(1)16,67%	(6)100,00%
NS	(7)8,14%	(3)3,49%	(5)5,81%	(14)16,28%	(1)1,16%	(56)65,12%	(86)100,00%
<b>Total Geral</b>	<b>(453)24,50%</b>	<b>(271)14,66%</b>	<b>(427)23,09%</b>	<b>(458)24,77%</b>	<b>(9)0,49%</b>	<b>(231)12,49%</b>	<b>(1849)100,00%</b>

Fonte: Pesquisa Brasil, Américas e o Mundo (2019)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As secções deste artigo discutiram as características individuais e possíveis interações entre política externa brasileira, meios de comunicação e opinião pública no caso da convocação e desdobramentos da Assembleia Nacional Constituinte na Venezuela ocorrida entre março e setembro de 2017.

No que se refere à política externa do período Temer, observou-se, em conjuntura doméstica instável, a priorização da agenda econômica e a redução da importância de organismos como a UNASUL e o Mercosul. No que tange à Venezuela, a Folha de São Paulo e o Estado de S. Paulo assumiram interesses claramente diferentes, dada a abordagem e grau concedida por cada um. Por último, constatou-se que a opinião pública brasileira não parece ser muito afetada pelas variáveis socioeconômicas ou ainda ideológicas, pois foi observado relevante grau de proporcionalidade entre os resultados. Em geral, a opinião pública encara a Venezuela de maneira negativa, no que também vislumbra possíveis conflitos relacionando o país.

Mesmo com a semelhança ideológica e discursiva entre os dois jornais paulistanos, é possível compreender que as percepções sobre o tema e seus interesses são divergentes. Viu-se que a Folha adotou postura mais indiferente, enquanto o Estadão utilizou o paralelismo político — conectando elementos da política venezuelana com o Partido dos Trabalhadores no Brasil— com maior grau de assiduidade. O presente estudo de caso observa que não há uma abordagem monolítica do tema dos principais grupos midiáticos brasileiros. Neste sentido, novos estudos de caso sobre esses atores contribuiriam para aprofundar a análise sobre o assunto em debate. Ainda, o paralelismo político contido nos editoriais dos jornais não está presente nos discursos do MRE, uma vez que o teor dos discursos analisados indica a defesa da democracia e do diálogo entre oposição e governo. Tal indicativo expressa os interesses da mídia em veicular notícias internacionais com conexões domésticas, visto que o jornal reconhece o maior interesse do público pelas matérias internas.

Quanto ao tratamento dado sobre as violações dos direitos humanos, o MRE adotou a postura de recorrência a organismos internacionais e de não interferência nos assuntos domésticos no caso da Venezuela. Ambas estratégias do MRE estão de acordo com o maior número de respondentes na Tabela 7, isto é, entre aqueles que optaram por “procurar organismos como a ONU” e “não deve se envolver nos assuntos externos [...]” No entanto, vale observar que a retórica crítica do governo brasileiro de

“restauração do estado democrático de direito” pode fragilizar as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela.

Em sentido geral, o contraste ideológico da opinião pública brasileira não ocasionou variação das opiniões acerca da Venezuela, isto é, os sentimentos pouco favoráveis estiveram presentes de maneira proporcional e regular em todos os entrevistados. Assim como os votantes de candidatos de esquerda ou da direita traduzem tratamentos semelhantes entre si. Nesse sentido, a opinião pública atribui uma visão “pouco favorável” e “menos favorável” em sua maioria, tais sentimentos se associam, em certa medida, com as ideias defendidas pelos jornais. No que diz respeito à orientação de projeção internacional, a opinião pública adere de forma positiva aos estímulos internacionais, visto que a maioria demonstra interesse por maior inserção internacional. Este último resultado destoa com as teses de Almond (1950) e Lippmann (1998) quanto a volatilidade do público entre isolacionismo e internacionalismo, mas o relativo baixo interesse pelos temas de política externa também implica reduzido potencial de impacto sobre as decisões políticas.

Desse modo, defende-se a hipótese de que a conformação dos sentimentos negativos sobre a Venezuela, presentes nos três atores, não é resultado de uma relação causal, na medida em que as inferências obtidas apontam para a pouca troca de influências entre os atores. Os esforços realizados para a comunicação entre esses atores são mínimos e delimitados por seus interesses divergentes. Não houve evidências suficientes que comprovem o impacto substancial dos tomadores de decisão e da mídia sobre a opinião pública, sendo o contrário também verdade. Trata-se de uma coincidência entre as percepções desses atores, o que não permite inferir causalidade. Apesar dos grandes periódicos refletirem os interesses de leitores que constituem um subgrupo da elite econômica do país, não foram aqui avaliados os interesses desses setores quanto ao caso venezuelano. É importante destacar que os mecanismos para estabelecer uma relação causal entre os efeitos da mídia sobre a opinião pública são, em sua grande maioria, insuficientes para gerar afirmações contundentes. Portanto, a aproximação entre os dados permite apenas a produção de inferências para a constituição da hipótese aqui defendida.

Ainda, o acompanhamento editorial dos jornais já citados sobre a Assembleia Constituinte venezuelana de 2017 aponta, em sintonia com Mermin (1997), que os meios de comunicação podem ser um ator potencial no campo da política externa. Assim, as evidências encontradas no caso brasileiro apontam para efeito semelhante,

visto que a mídia apresenta uma postura de alinhamento pragmático acerca das decisões do MRE em torno da Venezuela. Quanto aos tomadores de decisão, não foram encontrados indícios de que a mídia impactou, de modo decisivo, qualquer parte do processo decisório. Soma-se a isto as declarações do ex-ministro Celso Amorim que corroboram a ideia da mídia e da opinião pública como atores de baixa influência decisória, ainda mais em ocorrências consideradas não-críticas envolvendo o contexto latino-americano.

Na PEB, os discursos dos Ministros do MRE, durante o governo Temer, refletem o discurso de poder, utilizando narrativa de “desideologização”. Desse modo, a abordagem da mídia e do governo Temer obtiveram algum nível de associação, embora ocorra diferença de tratamento do tema pelos dois atores. Neste sentido, as declarações do MRE expressaram generalizações enquanto os editoriais demonstraram mais minúcias e paralelismo político.

Finalmente, a conclusão do presente estudo gera mais uma contribuição para o extenso campo da Análise da Política Externa (APE) com enfoque na mídia e opinião pública. Essa categoria de estudo já é muito utilizada nos Estados Unidos, tendo em vista a ampla produção acadêmica. No caso brasileiro, não há muitos estudos no campo da APE que vincule a mídia brasileira e a opinião pública. Nesse sentido, propomos apenas uma pequena fração de colaboração para os estudos da APE no Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

ACHUGAR, Mariana. The events and actors of 11 September 2001 as seen from Uruguay: analysis of daily newspaper editorials. **Discourse & society**, v. 15, n. 2-3, p. 291-320, 2004.

ALMOND, Gabriel Abraham. *The American people and foreign policy*. 1950.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Entrevista concedida para Túlio Sérgio Henriques Ferreira. 2020. No prelo.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. Case study methods in the international relations subfield. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 2, p. 170-195, 2007.

BRASIL, CORTES DO CRITÉRIO. Critério de classificação econômica Brasil. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)**, 2016.

BRASIL, CORTES DO CRITÉRIO. Critério de classificação econômica Brasil. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP)**, 2018.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Pesquisa brasileira de mídia 2016 : hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. **Secom Brasília**, 2016. 120 p. ISBN: 978-85-85142-60-5

BREWER-CARÍAS, Allan R.; GARCÍA SOTO, Carlos. Estudios sobre la Asamblea Nacional Constituyente y su inconstitucional convocatoria en 2017. **Caracas: Jurídica Venezolana**, 2017.

CANNON, Barry; BROWN, John. Venezuela 2016: the year of living dangerously. **Revista de Ciencia Política**, v. 37, n. 2, p. 613-633, 2017.

CASPARY, William R. The " mood theory": A study of public opinion and foreign policy. **The American Political Science Review**, v. 64, n. 2, p. 536-547, 1970.

CATER, Douglass et al. **Fourth branch of government**. 1959.

COHEN, Bernard Cecil. **Press and foreign policy**. Princeton university press, 2015.

DE LIMA, Maria Regina Soars. Instituições democráticas e política exterior. **Contexto internacional**, v. 22, n. 2, p. 265, 2000.

DE MIRANDA, Samir Perrone. A “nova política externa brasileira” de Temer para a América do Sul. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 126-138, 2019.

FOYLE, Douglas C. Public opinion and foreign policy: elite beliefs as a mediating variable. **International Studies Quarterly**, v. 41, n. 1, p. 141-169, 1997.

HOLSTI, Ole R. **Public opinion and American foreign policy**. University of Michigan Press, 2004.

INSTITUTO VERIFICADOR DE COMUNICAÇÃO. **Posição Participação e Evolução das Publicações**. 2000-2018. Acesso em: 11 de janeiro de 2020. Não publicado

KIRKPATRICK, Erika. Visuality, photography, and media in international relations theory: A review. **Media, War & Conflict**, v. 8, n. 2, p. 199-212, 2015.

KNECHT, Thomas; WEATHERFORD, M. Stephen. Public opinion and foreign policy: The stages of presidential decision making. **International Studies Quarterly**, v. 50, n. 3, p. 705-727, 2006.

LIPPMANN, Walter. Public opinion. Transaction Publishers, 1998.

LLORENS, Manuel. Dolor país, versión Venezuela: Las protestas de 2017 y sus secuelas. **Nueva Sociedad**, n. 274, p. 71-82, 2018.

MACLEOD, Alan. **Bad News from Venezuela: twenty years of fake news and misreporting**. Routledge, 2018.

MALEK, Abbas (Ed.). **News media and foreign relations: a multifaceted perspective**. Greenwood Publishing Group, 1997.

MERMIN, Jonathan. Television news and American intervention in Somalia: The myth of a media-driven foreign policy. **Political science quarterly**, v. 112, n. 3, p. 385-403, 1997.

MOWLANA, Hamid. The media and foreign policy: A framework of analysis. **News media & foreign relations: A multifaceted perspective**, p. 29-41, 1997.

RESENHA, DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. RPEB nº 120, p. 219, 2017.

RESENHA, DE POLITICA EXTERIOR DO BRASIL. RPEB nº 121, p. 259, 2017.

ROBINSON, Piers. The CNN effect: can the news media drive foreign policy?. **Review of international studies**, v. 25, n. 2, p. 301-309, 1999.

RODRIGUEZ-DOMINGUEZ, Maria. No Longer Activa e Altiva: Brazil's Foreign Policy Stumbles under Temer. **Council on Hemispheric Affairs**. URL: <http://www.coha.org/wp-content/uploads/2017/11/Mari-Rodriguez-Policy-Under-Temer-1.pdf> (accessed: 01.10. 2018), 2017.

RUIVO, Mariana Maia. **Opinião pública e política externa: criação de uma tipologia brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SARAIVA, Miriam Gomes. The democratic regime and the changes in Brazilian foreign policy towards South America. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 3, 2020.

SHAPIRO, Robert Y.; PAGE, Benjamin I. Foreign policy and the rational public. **Journal of Conflict Resolution**, v. 32, n. 2, p. 211-247, 1988.

SILVA, Eneko Compains. Venezuela: el debate sobre la legitimidad constitucional de la convocatoria a la Asamblea Nacional Constituyente realizada por el presidente Nicolás Maduro el 1 de mayo de 2017. **Revista Vasca de Administración Pública. Herri-Ardulararitzako Euskal Aldizkaria**, n. 111, p. 249-269, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 1998.

VENEZUELA. Constituição (1999). Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Caracas.

VENEZUELA. Decreto nº 2878, de 23 de maio de 2017. Decreto N° 2.878, mediante el cual se establecen las Bases Comiciales para la Asamblea Nacional Constituyente. **GACETA OFICIAL**, Caracas, n. 41.156. 2017.

WEBER, Max. A Instituição Estatal Racional e os Modernos Partidos Políticos Parlamentares (Sociologia do Estado). In: *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1999. V. II, p. 517-580.

WITTKOPF, Eugene R. **Faces of internationalism: Public opinion and American foreign policy**. Duke University Press, 1990.

XYDIS, Stephen G. The Press in World Politics and in the Conduct of Foreign Policy. **Journal of International Affairs**, p. 201-210, 1956